Notícias do dia 07 de maio

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 9 | Número de veículos: 8

O POPULAR - GO - VIDA URBANA
TCE - GO
Iluminação da BR será das prefeituras . . . 3

O POPULAR - GO - VIDA URBANA
TCE - GO
Maior fatia vai para hospitais . . . 5

DAQUI - GO - GERAL
TCE - GO
R$ 467 milhões vão para os hospitais . . . 6

MAIS GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Relatório do TCE aponta mais de R$ 1 bi de gastos por Goiás contra a Covid-19 . . . 7

VERDE VALE FM 103,7 - ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Conselheiro Nilo Resende decide aposentar-se do TCM de Goiás . . . 8

O POPULAR - ON LINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Conselheiro Nilo Resende decide aposentar-se do TCM de Goiás . . . 9

FOLHA Z - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Governo estadual investiu mais de R$1 bi na pandemia. Veja gastos . . . 10

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARÁ - CE - NOTÍCIAS
TCE - GO
Experiência do TCE Ceará em Linguagem Simples é apresentada em podcast do Tribunal goiano . . . 11

PODER GOIÁS - GO - NOTICIAS
TCE - GO
Tucanos são contra extinção do TCM em Goiás . . . 12

Iluminação da BR será das prefeituras

Catherine Moraes

06/05/2021 - 20:30

Iluminação da Rodovia BR-153 na divisa entre **Goiânia** e Aparecida: luminárias estão desativadas e apenas luzes dos veículos rompem o breu (Foto: Wildes Barbosa/O Popular)

Depois de anos de indefinição sobre a iluminação de perímetros urbanos das rodovias que cortam **Goiás**, as prefeituras irão assumir a responsabilidade sobre o serviço. A medida ocorre após notificação emitida pela **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra), estabelecendo um prazo de 90 dias para os municípios. Na BR-153, uma das principais que cortam o Estado, os trechos urbanos que passam por **Goiânia** estão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana (SEINFRA) que iniciou um levantamento na semana passada. Em Aparecida de **Goiânia**, a promessa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SDU) é de que a iluminação inicie restauros 90 dias após o fim do prazo estabelecido pelo governo estadual.

Secretário de Desenvolvimento Urbano de Aparecida de **Goiânia**, Max Menezes explica que o documento recebido pelo município foi assinado pelo atual presidente da Goinfra, Pedro Salles em 4 de março, dando um prazo de 90 dias para que a cidade assumisse a iluminação. "A responsabilidade foi ratificada com a controladoria do município e agora estamos cuidando do processo burocrático para que tão logo possamos dar início à iluminação. Este serviço também será feito em respeito aos que transitam por Aparecida de **Goiânia**", completa.

Em Aparecida de **Goiânia**, são 12,7 km da BR-153 e segundo o titular da pasta, serão 300 postes com mais de 600 lâmpadas que passarão por serviço de manutenção. "Também estamos analisando a troca das lâmpadas por (outras da tecnologia) led", completa.

Na capital, a SEINFRA informou que "está fazendo amplo levantamento sobre a iluminação na BR-153 e desde a última quinta-feira (29), vem gradualmente assumindo a operação do sistema". Disse ainda que são mais de 600 lâmpadas em 300 postes e que o levantamento de manutenção está sendo feito com análise de um por um.

A Goinfra explica que é responsabilidade das gestões municipais a prestação de serviços de iluminação pública, inclusive nos perímetros urbanos de rodovias. Diz ainda que a competência, inclusive, está estabelecida nos artigos 30, inciso V, e 149-A, da Constituição Federal. Além disso, pontua que o mesmo entendimento é previsto em resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e no artigo 24, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Em nota, informou entretanto que, tendo em vista a segurança viária e a recente posse das gestões municipais, se responsabilizou por um período pela prestação do serviço em trecho da BR-153, após a informação de que Concebra, que detém a concessão da via, não mais ofereceria o serviço na rodovia federal.

"A agência notificou tanto as prefeituras de **Goiânia** e de Aparecida de **Goiânia** quanto à concessionária não possuir responsabilidade legal e, por isso, está impedida, também por determinação do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), de continuar a cobrir custos com a iluminação pública em perímetro urbano de rodovia federal", explicou em nota o governo estadual.

Troca de responsáveis por serviço se arrasta há anos

Os problemas com iluminação nos trechos urbanos da BR-153 em **Goiás** não são recentes. Em outubro de 2019, parte da rodovia, localizada entre Estádio Serra Dourada e o Condomínio Aldeia do Vale, estava no escuro e a responsabilidade sobre o serviço era indefinida: município, Estado ou concessionária? Na época a concessionária Triunfo Concebra, responsável pela rodovia em **Goiás**, entre **Goiânia** e Itumbiara, chegou a afirmar que a manutenção e a correção da iluminação pública não haviam sido transferidas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) à empresa. Ainda assim, custeou por um tempo as contas da Enel Distribuição **Goiás**.

Em nota, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), órgão regulador da Triunfo, afirmou que como não foi feita esta transferência, a responsabilidade de custeio da iluminação não está inclusa nas obrigações originais do contrato de concessão. Outro dilema, entretanto, envolvia a Goinfra, antiga Agetop, por um termo de autorização de uso firmado com o Dnit, em 2013, na época da implantação da iluminação em um trecho da BR-153 que ficou sem luz.

No ano seguinte, em 2014, a agência teria

comunicado à ANTT e à **Celg**, que antecedeu a Enel, sobre a impossibilidade de custear as despesas. Isto porque, após concessão da rodovia federal, já que uma determinação do **TCE**-GO impedia os pagamentos. No fim de 2019, entretanto, a SEINFRA chegou a afirmar que não poderia fazer nenhuma intervenção nas redes instaladas nas rodovias já que não possuía a titularidade das mesmas.

Transferência

Na mesma época, o Estado disse ter repassado a responsabilidade sobre a iluminação de rodovias estaduais para os municípios, o que já era estabelecido pela Constituição Federal. Em matéria publicada no POPULAR, em outubro de 2019, a Prefeitura de **Goiânia** informou que formalmente o Estado ainda era o responsável pela manutenção de toda iluminação das rodovias estaduais e que a transferência da responsabilidade às prefeituras ainda estava em negociação.

Site: https://www.opopular.com.br/digital/07-maio-2021/1o-caderno

Maior fatia vai para hospitais

Thalys Alcântara

O governo de **Goiás** já empenhou, ou seja, destinou a pagamento, mais de R$ 1 bilhão de recursos estaduais e federais no combate à pandemia da Covid-19. Deste total, 467,9 milhões foram para as organizações sociais (OSs) responsáveis pelo funcionamento de hospitais de campanha. Em um cenário com recorde de internações em Unidades de Terapia Intensiva (UTI), os hospitais administrados pelas OSs ficaram com a maior fatia dos recursos. Os dados foram organizados pelo POPULAR a partir de um levantamento do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) para o último relatório estratégico Gastos com Covid-19, de 19 de abril deste ano.

A segunda categoria com mais gastos na pandemia foi de despesas com recursos humanos, que representam 17,6% do total. Repasses para os municípios, que são além dos já realizados pelo governo federal, representam uma fatia de 13%. Também estão entre os maiores gastos a área da Educação, com merenda escolar e o transporte de estudantes da zona rural que não tinham acesso à internet, além de ajudas para a abertura e manutenção de leitos em hospitais municipais e no Hospital das Clínicas (veja o quadro).

Titular da Secretaria de Estado da Saúde de **Goiás** (SES-GO), Ismael Alexandrino, explica que os recursos repassados às OSs são na prática os valores gastos para a abertura de novos hospitais e vagas de internação. A rede estadual de **Goiás** mais que dobrou a quantidade de vagas de UTI desde o início da pandemia. Atualmente são 871 vagas e antes da pandemia eram 253, segundo a SES-GO. Mesmo assim, houve lotação no mês de março, com fila de mais de 300 pacientes e mortes antes de conseguir a internação na terapia intensiva.

Outro fator apontado pelo secretário é que a hospitalização de pacientes graves tem um custo muito alto, com mão de obra, equipamentos e medicamentos. Os pagamentos dos diferentes profissionais dos hospitais corresponderiam, em média, a mais de 60% dos repasses. Dentro do valor repassado para as OSs também estão incluídos os pagamentos de equipamentos, insumos e manutenção.

"Um consumo de um paciente de UTI é absurdo. A atenção à Covid está muito pautada em cima desse cuidado intensivo. É o mais caro que existe", explica Alexandrino. Além disso, ele lembra que houve um aumento nos preços de itens e medicamentos hospitalares.

Sobre a escolha do modelo de organização social para a administração da maioria dos hospitais de campanha, o titular da SES-GO diz que isso foi essencial para abrir vagas de internação com rapidez, já que haveria maior facilidade na contratação de profissionais e compra de insumos. "Não existiria essa expansão que fizemos sem organização social", avalia Alexandrino.

Ismael defende a necessidade de "separar o joio do trigo" em relação às organizações sociais. "Aquelas que são ruins, a gente tira do contrato. Não é atacar o modelo porque tem joio no meio do trigo", afirma. Em agosto de 2020, o governo de **Goiás** rompeu contrato com o Instituto Rio-Lagos, que administrava hospitais de campanha e uma policlínica, alegando descumprimento de obrigações. A decisão ocorreu dois meses depois de a OS ter sido alvo de operação do Ministério Público do Rio de Janeiro, por desvios de recursos.

Site: https://www.opopular.com.br/digital/07-maio-2021/1o-caderno

R$ 467 milhões vão para os hospitais

Para o combate à pandemia do coronavírus, o governo de **Goiás** já utilizou mais de R$ 1 bilhão de recursos estaduais e federais. Desse total, R$ 467,9 milhões foram destinados para as organizações sociais (OSs) responsáveis pelo funcionamento de hospitais de campanha.

Em um cenário com recorde de internações em Unidades de Terapia Intensiva (UTI), os hospitais administrados pelas OSs ficaram com a maior fatia dos recursos. Os dados foram organizados pela reportagem a partir de um levantamento do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) para o relatório estratégico Gastos com Covid-19, de 19 de abril deste ano.

A segunda categoria com mais gastos na pandemia foram as despesas com recursos humanos, que representam 17,6% do total. Repasses para os municípios, que são além dos já realizados pelo G o verno Federal, representam uma fatia de 13%.

Também estão entre os maiores gastos a área da Educação, com merenda escolar e o transporte de estudantes da zona rural que não tinham acesso à internet, além de ajudas para a abertura e manutenção de leitos em hospitais municipais e no Hospital das Clínicas (HC), da UFG.

NOVOS HOSPITAIS E VAGAS

Titular da Secretaria de Estado da Saúde de **Goiás** (SES-GO), Ismael Alexandrino, explica que os recursos repassados às OSs são na prática os valores gastos para a abertura de novos hospitais e vagas de internação. A rede estadual mais que dobrou a quantidade de vagas de UH desde o início da pandemia, com abertura de novos hospitais no interior para atender doentes.

Segundo o secretário, a hospitalização de pacientes graves tem um custo muito alto. Os pagamentos dos diferentes profissionais de saúde para manter várias UHs funcionando correspondería, em média, a 60% dos repasses. Dentro do valor repassado para as OSs estão incluídos os pagamento de funcionários, equipamentos caros, insumos e manutenção dos hospitais. "Um consumo de um paciente de UH é absurdo. A atenção à Covid está muito pautada em cima desse cuidado intensivo. É o mais caro que existe", explica. Além disso, ele lembra que houve um aumento nos preços de itens e medicamentos hospitalares.

Secretário defende gestão por O.S. em **Goiás** Titular da Secretaria de Estado da Saúde de **Goiás** (SES-GO), Ismael Alexandrino defende a escolha do modelo de organização social para a administração da maioria dos hospitais de campanha contra a Covid-19. Ele diz que isso foi essencial para conseguir abrir novas vagas de internação com rapidez, já que havería maior facilidade na contratação de profissionais e compra de insumos. "Não existiría essa expansão que fizemos sem organização social", avalia Alexandrino.

Ismael defende a necessidade de "separar o joio do trigo" em relação às organizações sociais. "Aquelas que são ruins, a gente tira do contrato. Não é atacar o modelo porque tem joio no meio do trigo", afirma.

Em agosto de 2020, o Governo de **Goiás** rompeu contrato com o Instituto Rio-Lagos, que administrava hospitais de campanha e uma policlínica, alegando descumprimento de obrigações. A decisão ocorreu dois meses depois da organização social ter sido alvo de operação do Ministério Público do Rio de Janeiro, por desvios de recursos.

Site: https://daqui.opopular.com.br/digital/07-maio-2021/daqui-go

Relatório do TCE aponta mais de R$ 1 bi de gastos por Goiás contra a Covid-19

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) disponibilizou um relatório que mostra o gasto de **Goiás** com a Covid-19 até 19 de abril. Segundo exposto, foram mais de R$ 1 bi em recursos estaduais e federais no combate a doença, sendo o maior investimento em organizações sociais (OSs): R$ 467.874.598,92.

Deste valor, foram empenhados 255.143.613,98 de recursos federais e R$ 212.730.984,94 de estaduais. Somando todos as despesas, o montante de empenhos é de R$ 1.133.891.378,49.

Em segundo lugar, ficaram os gastos com despesa com pessoal, somando R$ 188.445.005,55, seguidos por "contribuições para municípios, inclusive para suas entidades da administração indireta", com R$ 186.314.730,87.

Secretário

Ao Mais **Goiás** , o secretário de Saúde de **Goiás**, Ismael Alexandrino , explicou que o primeiro caso, de empenho às organizações , são custos com os hospitais, sendo as OSs as ferramentas de gestão. "Se fosse gerir por administração direta talvez fosse até maior."

Além disso, ele explica que 60% dos custos também são com pessoal. Questionado sobre o porquê de haver, então, um segundo gasto classificado também como "despesa com pessoal" no relatório, ele explica que este se aplica ao médico estatutária que aparece como GND1. "No setor público chama de GND1 o grupo de natureza de despesa."

De acordo com ele, dentro das OSs este GND1 não aparece, por conta do CPNJ ser privado. "Então, nesse primeiro bloco que aparecem as organizações, 60% também é despesa com pessoal. O resto é custeio, medicamentos, insumos, serviços de apoio", enumera.

Confira o relatório de gastos estratégicos contra a Covid-19 completo AQUI .

Site: https://www.emaisgoias.com.br/relatorio-do-tce-aponta-mais-de-r-1-bi-de-gastos-por-goias-contra-a-covid-19/

Conselheiro Nilo Resende decide aposentar-se do TCM de Goiás

O **conselheiro** Nilo Resende decidiu, nesta sexta-feira (7), se aposentar do Tribunal de Contas dos Municípios de **Goiás** (TCM). Havia uma pressão para que ele deixasse o cargo vago para possibilitar uma nova indicação da **Assembleia Legislativa de Goiás** (**Alego**), mas ele resistia. Inclusive, tramita na Casa um projeto para extinguir o tribunal.

O **conselheiro** já tinha os requisitos para aposentar, mas poderia ficar mais tempo no cargo e sair somente quando chegasse à idade da aposentadoria compulsória. No entanto isso atrasaria uma indicação da **Alego**, que tem direito a indicar quatro dos sete conselheiros. Inclusive, o mais cotado para assumir a cadeira de Nilo era o deputado Humberto Aidar (MDB).

Nilo diz que decidiu aposentar porque viu que quem pode substituí-lo é Aidar, um deputado que ele diz admirar. O que mais me motivou foi a amizade grande que eu tenho com o Humberto Aidar, de quem fui colega na Assembleia , diz. Ele também afirma que já tinha pensado em deixar o cargo, mas pensava em fazer isso em março do ano que vem. Entretanto, percebeu que ficar mais esse tempo poderia deixá-lo desconfortável no cargo.

Ele também afirma que há a possibilidade de voltar à vida pública, mas não é algo que tenha definido agora. Nilo diz que quer pensar nisso quando já estiver fora do TCM. Ele também defendeu a continuidade do tribunal e diz que nunca acreditou na extinção do tribunal. É um órgão importante e que trabalha justamente na economia de recursos, quando orienta os municípios , diz.

Na Assembleia, o projeto que prevê a extinção do TCM recebeu 26 assinaturas. O argumento do autor, Henrique Arantes (MDB), é de que o órgão só existe em **Goiás** e em mais dois Estados no País. Ele também defende que a extinção promoveria uma economia, apesar de que os custos seriam transferidos para o **TCE**.

Site: http://verdevale103.com.br/noticia-1528103253-conselheiro-nilo-resende-decide-aposentar-se-do-tcm-de-goias

Conselheiro Nilo Resende decide aposentar-se do TCM de Goiás

Elisama Ximenes

O **conselheiro** Nilo Resende decidiu, nesta sexta-feira (7), se aposentar do Tribunal de Contas dos Municípios de **Goiás** (TCM). Como o POPULAR vem mostrando, havia uma pressão para que ele deixasse o cargo vago para possibilitar uma nova indicação da **Assembleia Legislativa de Goiás** (**Alego**), mas ele resistia. Inclusive, tramita na Casa um projeto para extinguir o tribunal.

O **conselheiro** já tinha os requisitos para aposentar, mas poderia ficar mais tempo no cargo e sair somente quando chegasse à idade da aposentadoria compulsória. No entanto isso atrasaria uma indicação da **Alego**, que tem direito a indicar quatro dos sete conselheiros. Inclusive, o mais cotado para assumir a cadeira de Nilo era o deputado Humberto Aidar (MDB).

Nilo diz que decidiu aposentar porque viu que quem pode substituí-lo é Aidar, um deputado que ele diz admirar. "O que mais me motivou foi a amizade grande que eu tenho com o Humberto Aidar, de quem fui colega na Assembleia", diz. Ele também afirma que já tinha pensado em deixar o cargo, mas pensava em fazer isso em março do ano que vem. Entretanto, percebeu que ficar mais esse tempo poderia deixá-lo desconfortável no cargo.

Ele também afirma que há a possibilidade de voltar à vida pública, mas não é algo que tenha definido agora. Nilo diz que quer pensar nisso quando já estiver fora do TCM. Ele também defendeu a continuidade do tribunal e diz que nunca acreditou na extinção do tribunal. "É um órgão importante e que trabalha justamente na economia de recursos, quando orienta os municípios", diz.

Na Assembleia, o projeto que prevê a extinção do TCM recebeu 26 assinaturas. O argumento do autor, Henrique Arantes (MDB), é de que o órgão só existe em **Goiás** e em mais dois Estados no País. Ele também defende que a extinção promoveria uma economia, apesar de que os custos seriam transferidos para o **TCE**.

Site:
https://www.opopular.com.br/noticias/politica/conselheiro-nilo-resende-decide-aposentar-se-do-tcm-de-goi%C3%A1s-1.2246398

Governo estadual investiu mais de R$1 bi na pandemia. Veja gastos

Desde o início da pandemia, o governo estadual destinou mais de R$1 bilhão de verbas do Estado e da União para enfrentar a Covid-19.

Os dados fazem parte do relatório estratégico de Gastos Covid-19, do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO).

Em organizações sociais (OSs) foram investidos R$467.874.598,92, que correspondem à maior parte dos recursos ou 43,6% do dinheiro direcionado no enfrentamento.

As OSs são responsáveis por administrar os hospitais de campanha em **Goiás**.

Este gasto é voltado para a abertura de hospitais e leitos para atender pacientes com acometidos pelo coronavírus.

Despesas com recursos humanos, que é a contratação e manutenção da mão de obra, foram o segundo maior gasto desde março de 2020, R$188.473.0055,55, relativos ao percentual de 17,6% da verba.

Ainda, foram direcionados aos municípios do Estado R$140 milhões, que representam 13% do valor gasto por **Goiás** na pandemia.

O transporte e merenda escolar correspondem à aplicação de recursos do tesouro estadual de R$78.556.656,90, ou 6,2% que atenderam famílias de estudantes da rede pública estadual.

Aos hospitais municipais e ao Hospital das Clínicas foram direcionados R$66.880.219,96.

Equipamentos, como luvas, máscaras e outros itens de EPI custaram R$32.277.340,38 aos cofres goianos.

O governo também investiu pouco mais de R$30 milhões em leitos no Ipasgo.

Campanhas publicitárias para conscientização quanto aos cuidados necessários no enfrentamento à pandemia receberam investimentos de R$16.053.641,38.

Ainda houve gastos com material de consumo (R$6.799.375,97); outros (R$6.887.565,05); testagem (R$5.772.546,55); Pesquisa científica (R$1.878.068,25) e limpeza e higiene (R$1.724,43).

Site: https://folhaz.com.br/noticias/governo-estadual-investiu-pandemia/

Experiência do TCE Ceará em Linguagem Simples é apresentada em podcast do Tribunal goiano

Difundir o conhecimento de forma clara é um dos objetivos da técnica Linguagem Simples, que está sendo implementada no Tribunal de Contas do Ceará. A experiência vem sendo positiva e servindo de referência a outras instituições. No último dia 3/5, o podcast "Afinal de Contas", do **TCE Goiás**, publicou o episódio "Tribunais de Contas a favor da Linguagem Simples", com participação do coordenador do Laboratório de Inovação em Controle (LIC), Paulo Alcântara, vinculado à Escola de Contas do **TCE** cearense, Instituto Plácido Castelo (IPC).

Quem nunca tentou ler um texto jurídico e se deparou com várias palavras desconhecidas? Foi partindo desta indagação que o podcast explorou o tema e trouxe possibilidades práticas para facilitar a compreensão do chamado "juridiquês" - uso excessivo do jargão jurídico e de termos técnicos. "A iniciativa de simplificar a linguagem jurídica tradicional no Tribunal se deve, também, a uma crise da comunicação. Está se produzindo muito conteúdo e as pessoas estão, cada vez mais, com menos tempo de ler e aprofundar", detalhou Alcântara.

O Brasil sofre um grave problema de analfabetismo funcional, relacionado à dificuldade de compreensão de textos, mesmo quando o indivíduo é tecnicamente alfabetizado. Segundo o último Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), divulgado em 2018, 29% dos brasileiros possuem dificuldades para interpretar e aplicar textos, além de limitações para realizar operações matemáticas simples no cotidiano. A pesquisa é desenvolvida pelo Instituto Paulo Montenegro, em parceria com a ONG Ação Educativa.

"É preciso que as pessoas entendam as comunicações da administração pública. A gente sabe que existe a Lei da Transparência, que obriga as instituições a publicizarem suas informações, mas nem sempre elas estão de forma clara. Defendemos que quem produz a informação tenha empatia, se coloque no lugar do público-alvo para saber se a linguagem utilizada é de fácil compreensão", destacou Alcântara, durante o programa, abordando, ainda, algumas ações que estão sendo realizadas no **TCE** Ceará.

O podcast Afinal de Contas é produzido pela Diretoria de Comunicação do **TCE**-GO, que trata do controle da administração pública. A apresentação e produção do programa ficou a cargo de Luce Jane Zoccoli, com edição de som de Bia Rezende. O programa pode ser ouvido por meio de plataformas de streamings de áudio ou pela rádio **TCE**.

Site:
https://www.tce.ce.gov.br/comunicacao/noticias/4547-experiencia-do-tce-ceara-em-linguagem-simples-e-apresentada-em-podcast-do-tribunal-goiano

Tucanos são contra extinção do TCM em Goiás

Parlamentares e prefeitos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em **Goiás** defendem um amplo debate sobre o futuro do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO). A alegação é que o fim do órgão traria prejuízos com o acúmulo de processos e sobrecarga ao **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO).

O deputado estadual, Hélio de Sousa (PSDB) é um dos defensores da manutenção do TCM. "O **TCE** já está sobrecarregado com o controle que faz, não só do Estado, mas das autarquias, fundações e organizações sociais", destaca.

A deputada Lêda Borges (PSDB) já se manifestou contra o projeto de autoria do deputado Henrique Arantes (MDB), que propõe a extinção do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). "Como ex-prefeita, não sou favorável ao fechamento do TCM. Trata-se de um órgão que auxilia e orienta a gestão municipal. Tive muitas orientações do órgão quando fui prefeita de Valparaíso", comenta.

Já o prefeito de Uruaçú, Valmir Pedro, foi mais enfático ao afirmar que seria um desastre para a boa execução dos recursos públicos. "A extinção do TCM seria uma grande perda, pois faz o papel de órgão fiscalizador e orientador. Tem um corpo técnico que dificilmente a grande maioria das Câmaras Municipais algum dia terá, por falta de profissionais habilitados e principalmente de condições financeiras", explica.

Site:
http://www.podergoias.com.br/materia/4850/tucanos-sao-contra-extincao-do-tcm-em-goias